

A representação da violência em dois contos de Cuti

The representation of violence in two short stories by Cuti

Anderson Caetano dos Santos¹

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os contos “Vida em dívida” e “Dupla culpa”, de Luiz Silva (Cuti), sob a perspectiva da violência. Esse escritor preocupa-se em destacar os personagens afro-brasileiros em situações do cotidiano na cidade de São Paulo. As brigas, as rixas, os atritos e os conflitos internos referentes aos negros são contemplados nesses dois contos com o intuito de averiguação das diferentes perspectivas dos personagens. A violência contra o negro na sociedade brasileira tem acontecido desde o período colonial com as chibatadas, as represálias, as perseguições cruéis e a própria morte do escravizado. Já a violência moderna, no mesmo sentido, destaca-se pelas agressões físicas, pela morte por armas de fogo, pelos conflitos entre gangues e o “acerto de contas”.

Palavras-Chave: Cuti; contos; violência; afro-brasileiro.

Abstract: The objective of this article is to analyze the short stories “Vida em dívida” and “Dupla Culpa”, by Luiz Silva (Cuti), from the perspective of violence. This writer is concerned with highlighting the Afro-Brazilian characters in everyday situations in the city of São Paulo. The fights, the quarrels, the frictions and the internal conflicts concerning the blacks are contemplated in these two short stories with the intention of ascertaining the different perspectives of the personages. Violence in Brazilian society has occurred since the colonial period with the lashes, reprisals and the very death of the enslaved. On the other hand, modern violence is characterized by physical aggression, death by firearms, gang conflicts and “reckoning”.

Keywords: Cuti; short stories; violence; Afro-Brazilian.

1 Introdução

A violência, sob diversas formas, foi variável fundamental na constituição da sociedade brasileira. A ocupação europeia do hoje território brasileiro foi feita mediante a destruição de centenas de culturas indígenas e da morte de milhões de ameríndios. Fosse pelo confronto direto em combate, fosse por doenças, escravidão e desorganização de sua vida social, os índios brasileiros foram, em grande parte, dizimados. Por intermédio das pesquisas de antropólogos e arqueólogos, sabe-se, atualmente, da grande diversidade e riqueza sociocultural dos numerosos grupos indígenas, vitimados ao longo desse processo de colonização e expansão territorial levado a cabo pelo Estado luso-brasileiro e por particulares.

¹ Mestrando em Literatura na Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil. E-mail: anderson.c.santos@bol.com.br

Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveu defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como de Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional; sendo que entre nós através das grandes famílias proprietárias e autônomas. (FREYRE, 2006, p. 65–66)

Por outro lado, a instituição da escravidão implicou uma dominação violenta, física e simbolicamente. Primeiramente atingiu os índios e, depois, principalmente, a mão de obra africana que, durante quase quatro séculos, foi objeto do tráfico. Milhões de pessoas, oriundos de diferentes regiões e culturas africanas, foram trazidos para o território brasileiro dentro de um sistema de divisão de trabalho internacional, no qual as grandes *plantations* (produzindo açúcar e café, entre outros) e os metais preciosos constituíram a contribuição desse lado do Atlântico Sul.

Essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não se emanou de uma verdade construtora e energética: fez-se antes com desleixo e certo abandono. Dir-se-ia mesmo que se fez apesar de seus autores. E o reconhecimento desse fato não constitui menoscabo à grandeza do esforço português. (HOLANDA, 2004, p. 43)

Inegavelmente, formou-se uma sociedade complexa e heterogênea que, a par da dimensão de exploração e iniquidade social, apresentou extraordinárias facetas de ricas interações e trocas sócio-culturais. As diferentes culturas ameríndias e africanas, mesmo violentadas e fragmentadas, participaram intensamente da formação da sociedade nacional. A contribuição europeia básica veio dos portugueses, com sua ação político-administrativa através da expansão e da ocupação do território, pela língua e pelo repertório cultural católico-ibérico. Outros europeus incorporaram-se, de modos diferenciados, como: os espanhóis, italianos, alemães e, diversos outros grupos étnicos.

Mais tarde, a partir do início do século XX, chegaram os japoneses, destinados principalmente a São Paulo. A incorporação dessas minorias foi repleta de episódios de arbitrariedade e violência, com situações de exploração e discriminação. Assim, a colonização mercantilista, o imperialismo, o coronelismo, o regime das oligarquias antes e depois da independência, tudo isso somado a um Estado marcado pelo autoritarismo burocrático contribuiu decisivamente para a vertente de violência que atravessa a história do país.

No Brasil, além de uma rotina de dominação com mecanismos conhecidos de exercício da força física – como a tortura, fenômeno bastante generalizado – não são poucos os episódios ou situações de conflito com luta aberta, produzindo mortos, feridos e vítimas em geral. A Guerra dos Farrapos, a Balaiada, a Cabanagem, a Revolução Federalista, Canudos, Contestado, os movimentos de 1924 e 1932, e assim por diante, são conflagrações internas no Brasil independente. De acordo com Boris Fausto (1995), O Estado Novo e a Ditadura Militar levaram bem longe o exercício do poder de governos centrais autoritários e antidemocráticos.

A sociedade brasileira tradicional, a partir de um complexo equilíbrio de hierarquia e individualismos, desenvolveu – associação a um sistema de trocas, reciprocidade na desigualdade e patronagem – o uso da violência, mais ou menos legítimo, por parte de atores sociais bem definidos. No entanto, o panorama atual apresenta algumas características que alteram e agravam o quadro tradicional. Em muitas sociedades há violência; existem guerras, conflitos étnico-religiosos e banditismo. No Brasil, sem o registro de uma guerra civil explícita, atingi-se especialmente nas grandes cidades, mas com repercussões para quase todo o território nacional – uma situação na qual a criminalidade campeia com seu séquito sinistro de assassinatos, sequestros, assaltos, roubos e tráfico de drogas e/ou armas.

2 A violência na literatura brasileira

A temática da violência e o modo como ela abarca a criação literária brasileira não é nova nem tipicamente contemporânea. Na verdade, já está presente em obras como *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, passando por *Grande sertão: veredas* (1956), de João Guimarães Rosa, até os contos e romances de Rubem Fonseca. Outros livros que incluem a temática da violência no seio narrativo no período pós-1985 são: *Cidade de Deus* (1997), que além da boa recepção acadêmica teve também grande impacto na mídia (reforçado pelo lançamento do filme, em 2002) e possibilitou o surgimento de Ferréz, morador de Capão Redondo, na periferia de São Paulo, e autor de *Capão pecado* (2000), *Manual prático do ódio* (2003) e *Ninguém é inocente em São Paulo* (2007).

A representação da violência se exacerba tanto, que, não por acaso, motivou Alfredo Bosi, no ensaio, “Situação e formas do conto brasileiro contemporâneo” (1975), a conceituar essa literatura como “brutalista”, isto é, essencialmente marcada pela violência urbana e suas formas mais perversas de manifestação. No entanto, as abordagens críticas sobre a representação da violência na literatura brasileira, na maioria das vezes, reduzem as obras analisadas a uma espécie de extensão especular do que seria uma sociedade igual e notadamente violenta.

A sociedade de consumo é, a um só tempo, sofisticada e bárbara. Imagem do caos e da agonia de valores que a tecnocracia produz um país do Terceiro Mundo é a narrativa brutalista de Rubem Fonseca que arranca a sua fala direta e indiretamente das experiências da burguesia carioca, da Zona Sul, onde, perdida de vez a inocência, os ‘inocentes do Leblon’ continuam atulhando praias, apartamentos e boates e misturando no mesmo coquetel instinto e asfalto, objetos plásticos e expressões de uma libido sem saídas para um convívio de afeto e projeto. (BOSI, 2015, 19-20)

Assim, de acordo com essas mesmas abordagens críticas, parte de nossa literatura configura-se como o lócus por excelência de uma realidade que se impõe ao escritor como força incontornável, como um dado de que não se pode escapar, restando à escritura nada além do registro dos fatos e da impositiva figuração do real. A consequência desse tratamento crítico acerca da representação da violência na literatura brasileira produz outro equívoco singular: o pressuposto de que o realismo literário se justifica, em larga medida, não pelo universo ficcional que cria, mas pelas conexões mais ou menos evidentes que estabelece com a realidade social entendida como dado absoluto, concreto e verdadeiro em si mesmo.

Desnecessário dizer o quanto essa perspectiva tem de rasteira, já que, não raro, reduz a compreensão da obra literária ao que Antonio Candido (2006, p. 16), em *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária* (1965) denominou de “sociologismo crítico”, como aquela “[...] tendência devoradora de tudo explicar por meio dos fatores sociais.”. Mesmo que o livro de Antonio Candido já conte com mais de meio século de existência, a crítica ao sociologismo vulgar continua pertinente, já que, ainda hoje, não são poucos os trabalhos na área da crítica literária que se concentram, unicamente, em apreender o mundo como um dado no interior da obra. Esses trabalhos contentam-se com uma leitura que se preocupa com os imbrólios ideológicos, culturais, políticos ou sociais, prescindindo da compreensão mais intensiva que envolve entender as particularidades do universo ficcional que a obra coloca em jogo.

O realismo feroz “[...] corresponde à era de violência urbana em todos os níveis do comportamento.” (CANDIDO, 1989, p. 211). A narrativa em primeira pessoa demonstra a supressão do contraste entre narrador e matéria narrada, algo bastante diferente da tradição naturalista, em que o narrador em terceira pessoa buscava se distanciar de personagens populares para poder manter o seu *status*. O escritor contemporâneo, por sua vez, se esforça para apagar as distâncias sociais por meio da identificação com a matéria popular, o que se possibilita pela primeira pessoa, que é um recurso para confundir autor e personagem com a realização da fusão desejada.

Antonio Candido (1989, p. 212) questiona se essa ida ao popular e às classes marginalizadas não seria sinal de um novo exotismo, e se os escritores representantes do realismo feroz “[...] não estão sendo eficientes, em parte, pelo fato de apresentarem temas, situações e modos de falar do marginal, da prostituta, do inulto das cidades, que para o leitor de classe média têm o atrativo de qualquer outro pitoresco.”. Mesmo com esse questionamento, o crítico observa que estava sendo realizada uma considerável expansão do âmbito literário e grande inovação por parte dos autores.

O conflito é fundamento do ser em sociedade, não só pela divergência de interesses e pela diferença de situações que é preciso equilibrar, mas também pelas posições ocupadas na vida pública por diferentes agentes, pela disposição dos recursos e pelo partido que se toma em questões de disputa. A prática social dos grupos e pessoas implica estratégias de redução do campo do outro, de alianças, de oposições, para minar e dominar os hábitos alheios. Este confronto é mediado por instâncias social e politicamente construídas, através de processos tradicionais de pacto, de religião e das formas modernas de democracia.

Essa relação social e política, que hoje incorpora as declarações de direitos humanos, permite a convivência na divergência, a construção de consensos nos conflitos. A não aceitação do conflito e dos mecanismos para enfrentá-lo provoca a violência, pois o conflito assume uma feição direta, sem mediação, e passa a ter como solução a força física, a necessidade de eliminar o outro na expectativa da eliminação do conflito; sendo assim, ocorre a violência como a substituição da mediação do conflito, pela negação do outro.

Para a contemplação dessa temática, foram selecionados os contos “Vida em dívida” e “Dupla culpa”, do livro *Negros em Contos* (1996), de Luiz Silva (Cuti). A violência é, de fato, um assunto de destaque bastante presente na ficção desse escritor, sendo que diversos contos destacam esse viés temático. O negro é quase sempre tratado como vítima preferencial, mas, a utilização da violência não constitui apenas um recurso estético das narrativas. Entretanto, o negro não aparece tão somente na posição de vítima da violência: há contos que o trazem utilizando a violência como um modo de reação ou resistência. A violência é trazida ao texto para gerar reflexão e está, de uma forma ou outra, relacionada ao negro, como quase tudo na obra de Cuti que, como representante de um setor marginalizado, ergue sua voz pensando na coletividade.

3 “Vida em dívida”

Em “Vida em dívida”, um moleque é acusado por um vendedor – talvez injustamente – de furtar dinheiro de sua loja. O protagonista é Paulo Roberto (Paulinho), um adolescente de catorze

anos, pobre e residente de uma zona de vulnerabilidade social, a Vila Ré (situada na Zona Leste de São Paulo). Ele tem como irmãos a Telminha, de quatro anos de idade, e Leo, com onze anos. Outros personagens são: Seu Manoel, dono da padaria; Dona Lucinda, a mãe dos três filhos; Sinistro, o matador; Dona Teresa, a fofoqueira da vila.

O narrador é em terceira pessoa e as ações transcorrem, principalmente, nos seguintes espaços: na casa do protagonista, na padaria “Boa Primavera”, na residência do Seu Manoel e na Praça da Sé. A região contemplada abrange, portanto, a periférica e o centro da cidade de São Paulo. Os conflitos acontecem em todos os ambientes narrativos devido aos sucessivos atritos entre os personagens.

O conto possui, graficamente, itálicos e negritos se intercalando ao longo de todo o texto. O primeiro recurso serve para destacar a conversa e a interação entre os personagens. O segundo é utilizado para ressaltar uma frase de seu Manuel e o anúncio da morte de Leo. Em relação ao tempo, menciona-se que é sexta-feira, meio-dia: Paulo Roberto esteve em contato com Seu Manoel na padaria, o protagonista retornou a casa dele e avisou a sua irmã de que ele iria à Praça da Sé. Nesse entremeio, Seu Manoel contrata o matador de aluguel, sendo que a execução de Leo acontece de madrugada. No outro dia, os comentários espalham-se entre a vizinhança e, no “Jornal do Crime”, é noticiada a morte de Leo.

O conto inicia com uma promessa de morte partindo do seu Manuel em direção ao cliente Paulo Roberto. Nesse ponto nota-se que a violência principia, acontece durante e termina o conto. Ou seja, no início, no meio e no fim há sequência de fatos que privilegiam atos selvageria.

Vais morrer, negrinho!
Num te fiz nada. Tô pagando o cigarro, num tô?
Com o dinheiro que me roubaste ontem, malandro. Pensas que não sei?
Não fui eu.
Vais dizer que foi a minha mãe, então? A hora que eu saí para ver o incêndio na Dona Rosane, estavas na esquina, não estavas?
Mas não roubei nada.
Já é a segunda vez que me aprontas, moleque! Vou mandar te dar um jeito, pode deixar... Pois não, Dona Maria? (CUTI, 1996, p. 46)

A parte inicial, por meio da promessa de morte (o “acerto de contas” surgiu a partir da suspeita de que Paulo Roberto estaria roubando a padaria pela segunda vez), menciona as tensões existentes na periferia brasileira. Essa é, inclusive, a temática principal da narrativa: os homicídios que acontecem nas favelas por meio de acertos de dívidas. Suspeitas de roubo levarão às mortes de

personagens como forma de acertos de contas, mesmo sem a existência das devidas provas concretas do ato.

Como um homem, desses que viajam sempre. Está consciente do perigo rondando. Não faz uma semana que seu colega Dermeval foi assassinado com vários tiros. Um mês antes, a vizinha fora morta a facadas pelo marido. A vila anda violenta. E, apesar das preocupações da mãe, Paulo Roberto está convicto: precisa afastar-se da região. Sai convencido também de suas responsabilidades. É o mais velho dos três filhos. Gosta de sentir-se o homem da casa, já que o pai sumiu desde o nascimento da irmã. Mas, sentir-se homem implica em conseguir dinheiro, o que é difícil. (CUTI, 1996, p. 47-48)

Essa é uma das marcas das favelas brasileiras, as quais apresentam um alto índice de criminalidade envolvendo os jovens negros. Nota-se que esse índice atinge com mais frequência as zonas periféricas da cidade de São Paulo, já que tais regiões, na maioria das vezes, possuem educação de qualidade inferior; menor acesso a universidades públicas e/ou particulares; menos investimentos em segurança e saúde públicas de qualidade. O próprio protagonista tem consciência de que precisa mudar-se de vila para que não seja a provável próxima vítima da violência, bem como para que tenha melhores oportunidades de crescimento pessoal. No conto, o prenúncio de que mais uma morte acontecerá, dá-se pelos homicídios que já ocorreram anteriormente na vizinhança.

No cotidiano da vida social brasileira, assistimos constantemente estampados em manchetes jornalísticas, tanto em jornais e revistas impressos ou eletrônicos, noticiários radiofônicos ou televisivos, ao aumento sucessivo dos números da violência e (in)tolerância contra população negra pobre brasileira, sobretudo da juventude negra. (BARBOSA, 2015, p. 192)

Os agravantes dessa situação são a desestrutura familiar do protagonista, porque o pai abandonou a mãe solteira desde o dia de nascimento da irmã. Paulo Roberto, que é o primogênito, assume as funções paternas, já que é o mais consciente da realidade social da família. A mãe trabalha fora de casa e Telminha, que possui apenas quatro anos de idade, tem que permanecer sozinha até que Leo volte da escola.

A figura do pai é mencionada poucas vezes e, inclusive, não se indica o seu nome. A mãe, referida apenas de passagem, não participa, por seu turno, do cuidado das crianças. Logo, percebe-se que os irmãos mais velhos cuidam dos mais novos, inclusive responsabilizando-se pelas orientações educacionais e de formação pessoal.

Essas são algumas das características recorrentes dos casos de jovens negros que morrem precocemente nos subúrbios brasileiros: grande quantidade de irmãos; baixa escolaridade própria dos respectivos pais; ingresso precoce no mercado de trabalho; pouca ou nenhuma frequência nos ambientes escolares; morte prematura do pai devido à drogadição, alcoolismo ou por acerto de tráfico de drogas; abandono do pai em relação ao lar e aos filhos, após a concepção de um deles. A estrutura social corrobora para que, infelizmente, esses jovens sejam mortos por pessoas da própria comunidade ou pela polícia militar. Nota-se que a vulnerabilidade social pode tornar o afro-brasileiro mais propício à entrada no universo do crime, à morte prematura e ao ingresso no sistema prisional.

Para Florestan Fernandes (1978, p. 202, v. 2): “Como raça e como povo, a situação do negro em São Paulo é das piores possíveis [...]”. Conforme sabemos, a ascensão social vem sendo sistematicamente negada a essa população devido a um histórico de exclusão social por meio da escravidão e de uma não plena reintegração após o período da abolição. Sendo assim, deparamo-nos com a imaginação de um personagem mobilizada para a idealização de conquistas que dificilmente serão alcançadas na realidade, já que lhe cabe apenas a execução de serviços braçais e de baixo prestígio social.

A necessidade socioeconômica força-o ao trabalho precoce, sendo que esse o auxilia na garantia do sustento da família. O trabalho do protagonista é realizado na Praça da Sé, junto à turma do Beбето. Ele realiza-o com frequência para a obtenção de um estipêndio complementar à renda da mãe. Desse modo, podemos afirmar que Leo é adolescente que desempenha atribuições de uma pessoa adulta devido ao desarranjo familiar.

Desde o início do conto, Seu Manoel manifesta raiva e desejo de vingança contra Paulo Roberto. Além da abertura do conto, em outro momento o padeiro dirige-se ao garoto como: **“Filhos de rato! Fodo-os! Só servem pra pedir. Ou então roubar. Fodo-os! Vão roubar o diabo, se quiserem!”**. (CUTI, 1996, p. 46). Aqui, tem-se uma metonímia, ou seja, a parte pelo todo, sendo todos os negros julgados pela atitude de um. Nesse ponto, denota-se o preconceito sofrido no cotidiano pelos afro-brasileiros, que são discriminados e, ao mesmo tempo, desumanizados. A comparação do grupo étnico a ratos transmite a ideia de que o processo iniciado no período colonial brasileiro ainda persiste no imaginário coletivo por meio de frases estereotipadas, por exemplo.

Seu Manoel, persistindo no sentimento de vingança, contrata um matador de aluguel anônimo para assassinar Paulinho. O pensamento e os devaneios desse personagem tornam-se

tensos na hora de ele se deitar, porque é quando se lembra do momento em que acertou com o assassino a execução da tarefa. A aflição do personagem progride gradativamente com o passar das horas noturnas, ao ponto de o narrado afirmar que, no pensamento de sua esposa, um “Chá de hortelã e uns comprimidos colocarão o marido em forma.” (CUTI, 1996, p. 48).

A noite está tensa na favela: “Às três, ouve a gritaria e os tiros ao longe. São vários estampidos.” (CUTI, 1996, p. 48). O cotidiano da Vila Ré destaca-se com a promessa de execução à tarde para o progressivo aumento da movimentação dos personagens altas horas da noite. Nesse ponto, a execução de uma pessoa acontece durante o período noturno, sendo que a promessa de morte realizou-se menos de vinte e quatro horas antes.

Uma das ironias de Cuti demonstra-se através do comentário de dona Teresa. Essa senhora – inclusive, uma das fofoqueiras do bairro – informa a Seu Manoel da morte acontecida na noite anterior. O assassino contratado extermina a pessoa errada, isto é, o irmão mais novo (Léo). Desse modo, percebe-se que uma suspeita de roubo originou a morte desnecessária e equivocada de um jovem inocente.

A manchete do jornal expressa o modo sensacionalista em relação aos homicídios realizados nas favelas brasileiras, não revelando o verdadeiro motivo do assassinato. Nota-se que a razão principal do acerto de contas não é demonstrada na notícia, ou seja, oculta-se à verdade com o intuito de transmitir a noção de que as zonas periféricas em vulnerabilidade social são ambientes violentos e repletos de marginais. Logo, a imprensa ajuda na perpetuação de estereótipos sociais segundo os quais alguns bairros paulistanos devem ser frequentados e outros evitados.

No dia seguinte no Jornal do Crime anuncia: *Garoto morre com chumbo grosso na cabeça. O menor, L.R.S., de 11 anos, morreu assassinado na madrugada de ontem, quando um indivíduo de cor branca invadiu seu barraco e fez vários disparos. A polícia suspeita de ajuste de contas entre quadrilhas ou possível envolvimento amoroso da mãe do menor, Lucinda R. dos Santos, com o assassino que se evadiu do local. Moradores da Vila Ré estão assustados com o aumento da violência.* (CUTI, 1996, p. 49)

Seu Manoel percebe que foi morto o garoto errado. Então, vai até a casa do Sinistro (matador de aluguel) para reclamar do serviço, além de não pagar a segunda parcela devida, isso porque haviam sido combinadas duas parcelas: uma antes e outra depois da realização do trabalho. Após esse deslocamento a casa de Sinistro, Seu Manoel aparece morto e, em consequência, sua padaria “Boa Primavera” é fechada. Provavelmente, esse personagem tenha sido morto por

Sinistro, como mais um ajuste de contas, ainda que Dona Teresa, seguindo o senso comum e o intuito da fofoca, pense que o foi o Paulinho que quis vingar a morte do irmão.

Nesse conto, Cuti utiliza um dos seus principais recursos literários narrativos: a ironia. Percebe-se que a maior parcela da população não tem o devido conhecimento da causa da morte de Leo e do seu Manuel. O assunto é exibido entre os personagens secundários e na própria imprensa, a qual também reproduz os estereótipos das favelas: é repleta de bandidos e detentora de um alto índice de criminalidade.

4 “Dupla culpa”

Com uma narrativa heterodiegética, o conto possui como protagonista Cândido. Outros personagens são Joaquim (português dono do bar), os amigos do baile de *soul music*, os policiais, Cirão, Geraldo e os jovens passageiros assaltantes: Golão e Pirulito. Em relação ao espaço narrativo, a cidade de São Paulo é o local do acontecimento do conto, sendo que se menciona a Praça da Bandeira.

O ambiente narrativo situa-se no bar de Joaquim, na rua (devido à fuga do protagonista do crime cometido) e dentro de um ônibus. A pouca durabilidade narrativa delimita a progressiva sucessão dos acontecimentos que partem da ação de um crime cometido até o homicídio do protagonista. O conto alterna-se entre a narração do momento presente até a rememoração dos fatos anteriores ao crime. Pela descrição desses acontecimentos, percebe-se que Cândido já possui uma passagem pela polícia no tempo da juventude, sendo que não, portanto, réu primário. Cuti utiliza a ironia em relação ao nome do protagonista, uma vez que **‘Cândido’** é um nome de origem latina que tem como significados: **“brilhante”, “puro”, “branco”, “resplandecente”, “radiante”, “inocente” e “ingênuo”**.² **Esse traços são demonstrados contrários ao longo do conto por meio de atitudes e comportamentos que, progressivamente, caracterizam-no como um criminoso.**

A exemplo do conto anterior, este também apresenta itálicos e negritos intercalando-se ao longo do texto. O uso sucessivo do primeiro indica a conversa entre os personagens. O último aparece em quatro oportunidades na narrativa e transmitem as preocupações e o “peso na consciência” do protagonista.

² Cândido. In: *Dicionário de Nomes Próprios*. Matosinos: 7Graus. 2008-2019. Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/candido/>. Acesso em: 16 mar. 2019.

Mas que litro de vinho é esse que está anotado aqui, Seu Joaquim.

Oh, meu caralho! Sempre que vens pegare queres criar caso! Dest'jeito não t' vendo mais fiado. A partir de hoje acabou. Só a dinheiro [sic].

Olha aqui, português, já ouvi essa lorota um bocado. Se quer vender, vende. Se não quer, enfia tua mercadoria no rabo. (CUTI, 1996, p. 71)

O início da narrativa indica um “acerto de contas”, no qual Cândido matou Joaquim com dois tiros na cabeça, devido a um vinho “anotado a mais” em uma caderneta de fiados. Vale ressaltar que, apesar da inexistência do Estatuto do desarmamento na década de 1990, o porte de arma de fogo traz complicações criminais ao protagonista. Ele já possui um histórico de sentença, cometeu um homicídio, está portando uma arma de fogo e foge da polícia.

Cândido é de classe social baixa, com pouca escolaridade e com um emprego que não é mencionado ao longo do texto: ou seja, suas possibilidades para contratar um advogado são escassas. Desse modo, a arma de fogo portada por ele provavelmente foi adquirida de forma ilegal. Esses são os tormentos que gradativamente afligem o protagonista. Por meio da discussão verbal, com xingamentos de baixo calão, o insulto racista é o estopim para o ato do homicídio.

Pagas o que me deves, depois cai fora! Que eu já te chamo a polícia já.

Eu vou é te meter a mão na cara! Sai daí de dentro, ladrão! Quer me roubar. Nunca comprei vinho nenhum. Sai! Sai que eu vou te ensinar a não pôr a minha mãe no meio da conversa. Sai, veado! Corno!

Vêja lá qu'estais a me deixar nervoso, macaco do caralho! (CUTI, 1996, p. 71)

Devido ao crime cometido, com a intenção de fugir da polícia em direção ao centro da cidade, o protagonista desloca-se para longe desse lugar. O medo do protagonista em ser preso motiva sua fuga, e ele imagina a possibilidade de detenção. O primeiro momento em que os militares são mencionados acontece na seguinte passagem: “Olhar se encompridando para frente, para trás. Um carro da polícia vira a esquina.” (CUTI, 1996, p. 72). O segundo instante é: “No ponto de ônibus, um fardado. Polícia Militar. O pensamento se pôs em guarda. Cândido disfarçou como pôde a arma na cintura, cobrindo-a com a camisa para fora a calça”. (CUTI, 1996, p. 73).

Nesse momento, ele teme ser interrogado, pois vê um policial militar fardado. Dessa forma, lembra-se quando foi preso pela primeira vez na juventude, tempo em que participava de um grupo premiado de danças de *soul music*. Na saída de um dos bailes, ele sofreu a primeira revista policial,

junto de seus amigos, sendo que nesse instante percebe-se que colocaram maconha no bolso do jovem, para que este fosse preso de propósito.

Mão na cabeça todo mundo! Encostado no muro! gritaram os investigadores.

Houve a revista. Cândido tremeu quando um tira colocou a mão no bolso esquerdo de sua calça e tirou um pacau de maconha, que ali nunca estivera antes. Um peso violento sobre a nuca, um puxão pelo colarinho. Foi arremessado contra a viatura.

Fumeta! Vai explicar onde conseguiu isso. Guarda o neguinho lá dentro! (CUTI, 1996, p. 74)

Cândido teme sofrer novamente a injustiça do passado, representada por essa prisão. Na ocasião, ele permaneceu três dias na cadeia, foi torturado e presenciou a truculência dos policiais. Como o jovem do conto, outros milhares de adolescentes pobres e negros – de periferia ou não perdem a vida no encontro com quem tem como ofício primeiro garantir a segurança da população, independentemente de sua origem, classe ou cor. Embora muitos casos ocorram na surdina, o processo de extermínio prossegue incessantemente.

Pega! Pega! Pega!...

Intensa fuga. Perde-se de novo entre becos e ruas, subidas e descidas. Depois de atravessar o interior de uma favela, caminha por uma alameda iluminada, em bairro de classe média.

Uma sirene rasga o ar em sua direção. A luz do holofote projeta-se sobre ele. Quer correr, mas num ímpeto salta o muro de uma casa e cai sobre a relva com um tiro na nuca. (CUTI, 1996. p. 75)

No ônibus utilizado por Cândido acontece um assalto, sendo que ele é ordenado a tirar o revólver da cintura por um dos assaltantes, que levam as bolsas e o dinheiro dos passageiros. A morte do personagem ao final da narrativa determina o ciclo irônico de Cuti, cujo conto inicia e termina com um homicídio. O protagonista acaba sendo vítima do que tanto temia: o mesmo tipo de crime que havia cometido no início do conto. Logo, justifica-se o título do conto: a culpa carregada pelo protagonista por ter matado Joaquim e a culpa atribuída pelos outros, ao pensarem que ele participou do assalto.

A vida de Cândido demonstra-o como um personagem que dialoga com os casos de jovens negros presos no Brasil. A população carcerária do Brasil chegou a um número superior a 700.000 presos, dos quais mais de 60% são negros (pretos e pardos). É o que aponta o Levantamento

Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), que traz dados de junho de 2016 do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do Ministério da Justiça.³

No conjunto da população, a representatividade dos negros é menor: 54 %, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), divulgada em 2015.⁴ A comparação do perfil racial da população carcerária com a população brasileira é, porém, pautada por uma diferença metodológica. Enquanto na Pnad a raça é autodeclarada pelos entrevistados, os questionários das prisões, por sua vez, são respondidos pelos gestores das unidades. Os números do Infopen mostram, ainda, que as penitenciárias brasileiras ganharam mais de 20.000 presos no período de um ano. Além disso, cerca de 40% dos detentos são presos provisórios (aguardam julgamento) e o tráfico de drogas é o crime que mais leva à prisão.

O número de homicídios no Brasil aproxima-se de 60.000 por ano. Esse dado leva-nos à conclusão de que nosso território é um dos mais violentos do mundo. A morte sistemática de jovens negros no país é uma realidade que reiteradamente estampa capas de noticiários dentro e fora do País. Vemos, portanto, que a educação brasileira é desigual para brancos e negros devido, entre outros fatores, à falta de oferta de uma formação de qualidade para todos. Uma instrução educacional mais ampla e consistente seria um importante instrumento para assegurar o empoderamento da população negra, pois a falta de qualificação profissional leva o afro-brasileiro a entrar no mercado de trabalho mais cedo e essa inserção precoce faz com que ele abandone e/ou não se dedique adequadamente aos estudos.

As estatísticas demonstram que não apenas o ponto de partida dos negros é desvantajoso (a herança do passado), mas que, em cada estágio da competição social, na educação e no mercado de trabalho, somam-se novas discriminações que aumentam tal desvantagem. Ou seja, as estatísticas demonstram que a desvantagem dos negros não é apenas decorrente do passado, mas é ampliada no tempo presente, através de discriminações. (GUIMARÃES, 2002, p.74)

O protagonista pertence à classe social baixa, com o histórico de pais e/ou familiares trabalhadores que possuem pouca escolaridade. Eles reproduzem as escassas expectativas de crescimento pessoal e profissional. Dessa forma, fatores como baixa renda e/ou escolaridade inferior indicam a perpetuação das diferenças entre os brancos e os negros na sociedade brasileira. No artigo “O anti-racismo no Brasil”, Kabengele Munanga (1996, p. 83) já constatava: “Os raros

³ Disponível em: http://www.depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 16 mar. 2019.

⁴ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.

negros instruídos que escaparam dos trabalhos manuais menos remunerados e conseguiram ocupar posições reservadas aos brancos recebem salários inferiores aos colegas brancos do mesmo nível de formação.” Dessa forma, fatores como baixa renda e/ou escolaridade inferior indicam a perpetuação das diferenças entre os brancos e os negros na sociedade brasileira.

A repetição deste padrão reflete um *modus operandi* da segurança pública do país e reflete o que se conhece como racismo institucional. A estigmatização pelos agentes públicos de determinados segmentos da população com base na cor da pele ou outra característica étnico-racial. A violência policial não é esporádica, eventual nem local (tem dimensão nacional), mas tem direção certa. As vítimas da truculência da polícia são, via de regra, jovens negros, pobres e moradores de áreas de baixo acesso a políticas públicas. Portanto, a violência policial é um comportamento pautado por uma lógica institucional que efetivamente instiga e produz mais violência.

Cabe tentar compreender o fio que tece o pano de fundo desta política. O problema não pode ser analisado de forma simplista considerando apenas os maus profissionais, embora este seja um problema igualmente grave. A frequência elevadíssima de fatos como esses é suficiente para compreendermos que não é obra isolada da chamada banda podre da polícia, mas fruto de uma corporação não preparada para atuar em consonância com os direitos humanos.

Acontece que além da incapacidade de oferecer à população uma política de ações estratégicas e coordenadas para defender e proteger a sociedade da violência, a polícia adota comportamentos discriminatórios e estereótipos racistas que acarreta desvantagem de grupos raciais a benefícios gerados pela ação do Estado e que deveriam ser universais. O “suspeito”, o potencial agressor, a promíscua, a “vadia” são invariavelmente pessoas de cor negra. Basta olhar nossas instituições de internação, seja de adolescentes, seja de adultos, para reparar o caráter de “navio negreiro” de cada presídio.

É espantoso o que a incrível habilidade dos discursos das forças dominantes é capaz de produzir. Apesar da violência letal que afeta a juventude negra, ela é justamente apontada como maior responsável pela violência urbana. E quem ousa levantar a voz em reação é condenado a enfrentar pessoas enraivecidas que insistem em nos chamar de defensores de bandidos. O problema então exige como resposta mais do que capacitações, mas uma nova política que seja capaz de zelar pela paz, proteger e promover a segurança para todos os cidadã(os) com igual deferência, sem discriminações, sem preconceitos.

5 Conclusões

O mérito dos presentes contos é a identificação entre violência e representação emergida a partir de um permanente sentimento de desajuste que caracteriza as personagens em diferentes circunstâncias: no embate com suas próprias vontades, aspirações e fracassos; no conflito com o outro, na maioria das vezes, marcado pelas tensões que envolvem a circulação de pessoas pelos grandes centros urbanos, que criam um sentimento de deriva que assinala a vivência com os espaços públicos; na disjunção da família, com suas mesquinhas, egoísmos e perversidades.

O desajuste das personagens se manifesta pela violência, perversidade, incompreensão ou desamparo. A violência é registrada pela ótica de uma ironia que opera como corte significativo em relação ao mundo narrativizado e às motivações das personagens. Do mesmo modo, mais do que a compreensão intensiva da forma narrativa e de seus elementos constitutivos, importa o debate acerca da problemática da sua relação com a ironia, que acabam por criar uma chave hermenêutica que se propõe a interpretar o real a partir do universo ficcional que os contos colocam em circulação.

Estes dois contos também têm o mérito de conceber uma leitura crítica que retoma, em larga medida, a história política recente do País, desde a interdição militar até a abertura democrática. Eles buscam entender como a violência, tema constante de nossa literatura, é um dado histórico enraizado no imaginário nacional e problematicamente resgatado por Cuti. Esse escritor utiliza da ironia como um recurso de desarticulação de certos valores ideológicos que marcam nossa existência cotidiana: como os mitos da segurança pública, da proteção do Estado, da ordem nacional e da família como o espaço da afetividade protetora.

Referências

BARBOSA, Pedro. A violência contra a população de negros/as pobres no Brasil e algumas reflexões sobre o problema. **Cadernos de Campo**: Revista de Ciências Sociais (UNESP), v. 01, p. 185-198, 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7702/5535>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

BOSI, Alfredo. **O conto brasileiro contemporâneo**. São Paulo: Cultrix, 2015.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CUTI [Luiz Silva]. *Negros em Contos*. Belo Horizonte: Mazza, 1996.

Dicionário de Nomes Próprios. Matosinos: 7Graus. 2008-2019. Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/candido>. Acesso em: 16 mar. 2019.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. 2 v.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2002.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele. (org.), **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.** São Paulo: Edusp, 1996. p. 79-94.

Recebido em 24/03/2019.

Aceito em 13/06/2019.